

Expediente n.º: s/n/09  
Processo n.º: 0006667-7/2009  
Requerente: **Rava Embalagens**  
Assunto: Requerimento  
Despacho: *Remeta-se às Promotorias de Justiça de Cidadania da Capital com atuação na Defesa do Patrimônio Público e Social.*

Expediente n.º: 0303/09  
Processo n.º: 0006671-2/2009  
Requerente: **Poder Judiciário de Pernambuco**  
Assunto: Comunicações  
Despacho: *Remeta-se CAOP Criminal para análise e providências.*

Expediente n.º: 0403/09  
Processo n.º: 0006684-6/2009  
Requerente: **Ministério da Justiça**  
Assunto: Encaminhamento  
Despacho: *Remeta-se às Promotorias de Justiça de Cidadania da Capital com atuação na Defesa do Patrimônio Público e Social, com cópia às Promotorias de Justiça Criminais de Petrolina.*

Procuradoria Geral de Justiça, 18 de fevereiro de 2009.

WALDEMIR TAVARES DE ALBUQUERQUE FILHO  
Promotor de Justiça  
Coordenador de Gabinete do Procurador Geral de Justiça

Colégio de Procuradores de Justiça

RESOLUÇÃO RES-CPJ Nº 001/09.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, considerando a deliberação unânime dos seus integrantes presentes, em sessão extraordinária realizada no dia 04 de fevereiro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Regulamento das eleições para os Cargos de Corregedor Geral do Ministério Público, de Ouvidor do Ministério Público, de seis Integrantes do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça e de sete Conselheiros do Conselho Superior do Ministério Público, nesta ordem e na forma do Anexo I da presente Resolução.

Art. 2º - Publicar as Listas de Elegibilidade dos Procuradores de Justiça (Anexo II) para os Cargos referidos no artigo anterior, nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 12, de 27 de dezembro de 1994 e alterações posteriores.

Art. 3º - Convocar os integrantes do Colégio de Procuradores de Justiça para Sessão Extraordinária, a ser realizada no dia 09 de março de 2009, com início às 09h e término às 10h30, para eleições sequenciadas e contínuas aos Cargos de Corregedor Geral do Ministério Público, Ouvidor e integrantes do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, na forma do Regulamento aprovado.

Art. 4º - Convocar os membros do Ministério Público do Estado de Pernambuco para a eleição de sete Conselheiros do Conselho Superior do Ministério Público, a ser realizada no dia 09 de março de 2009, das 11h às 17h, na forma do Regulamento aprovado.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, 04 de fevereiro de 2009.

Ilabira de Brito Filho  
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício  
PRESIDENTE DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ANEXO I DA RESOLUÇÃO RES\_CPJ N.º 001/2009

REGULAMENTO DAS ELEIÇÕES PARA OS CARGOS DE CORREGEDOR GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, OUIDOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, SEIS INTEGRANTES DO ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA E SETE CONSELHEIROS DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

I - DA ELEIÇÃO DE CORREGEDOR GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 1º. A eleição ocorrerá em sessão extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça, no dia 09 de março de 2009, entre 09h e 09h30 no Salão dos Órgãos Colegiados, situado no Edifício Promotor de Justiça Roberto Lyra, na Rua do Imperador Dom Pedro II, 473, Térreo, Santo Antônio, Recife, Pernambuco, obedecendo as seguintes disposições:

I - são elegíveis todos os Procuradores de Justiça, exceto o Procurador-Geral de Justiça e aqueles que, afastados das funções do Ministério Público, não as tenham reassumido até noventa dias antes da eleição ou que, expressamente, renunciarem à elegibilidade, até cinco dias antes da eleição (Anexo II - A);

II - poderão votar os Procuradores de Justiça;

III - o voto será unipessoal e aberto, vedado o voto por procuração;

IV - o Presidente chamará, pela ordem crescente de antiguidade, o Procurador de Justiça para declinar seu voto, sendo a votação computada pelo Secretário do Colégio de Procuradores;

V - concluída a votação, será proclamado eleito o Procurador de Justiça mais votado;

VI - em caso de empate, será considerado eleito o mais antigo na instância e, supletivamente, nesta ordem, o que tiver mais tempo no Ministério Público, no serviço público e, finalmente, o de maior idade.

II - DA ELEIÇÃO DO OUIDOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 2º. A eleição ocorrerá em sessão extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça, no dia 09 de março de 2009, entre 09h30 e 10h, no Salão dos Órgãos Colegiados, situado no Edifício Promotor de Justiça Roberto Lyra, na Rua do Imperador Dom Pedro II, 473, Térreo, Santo Antônio, Recife, Pernambuco.

Art. 3º. O voto será aberto, uninominal e em ordem crescente de antiguidade.

Parágrafo Único. Será considerado nulo o voto sufragado a membro inelegível.

Art. 4º. A Eleição será coordenada pelo Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça.

§ 1º. Os recursos às decisões da Presidência serão interpostos, por qualquer candidato, para o Colégio de Procuradores de Justiça.

§ 2º. Compete ao Presidente:

I - receber e submeter de imediato ao Colégio de Procuradores de Justiça os recursos que forem interpostos;

II - proceder de imediato, finda a votação, à apuração dos votos, declarando o nome, do integrante do Colegiado, mais votado;

III - especificar e apontar ao Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, o que deverá ser registrado na Ata da respectiva Sessão;

IV - exercer outras atividades necessárias à realização do pleito.

Art. 5º. O Procurador de Justiça que interpuser recurso ficará impedido de participar do correspondente julgamento.

Art. 6º. Havendo empate na votação, será considerado e declarado vencedor o Procurador de Justiça mais antigo na instância, e, supletivamente, o que tiver mais tempo na carreira do Ministério Público, no serviço público e, finalmente, pela idade, preferindo-se o mais antigo e mais velho.

Art. 7º. São inelegíveis para a função de Ouvidor do Ministério Público, salvo renúncia expressa no prazo de trinta dias antes da eleição, os ocupantes dos cargos de Procurador-Geral de Justiça, Sub-Procurador Geral de Justiça, Corregedor Geral do Ministério Público, Corregedor Geral Substituto, Membros do Conselho Superior do Ministério Público e Diretor da Escola Superior do Ministério Público.

Art. 8º. Este regulamento entrará em vigor na data da publicação da Resolução que o aprovar, revogadas as disposições em contrário.

III - DA ELEIÇÃO DOS INTEGRANTES DO ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA.

Art. 9º. A eleição ocorrerá em sessão extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça, no dia 09 de março de 2009, entre 10h e 10h30, no Salão dos Órgãos Colegiados, situado no Edifício Promotor de Justiça Roberto Lyra, na Rua do Imperador Dom Pedro II, 473, Térreo, Santo Antônio, Recife, Pernambuco, obedecendo as seguintes disposições:

I - são elegíveis todos os Procuradores de Justiça, exceto o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral do Ministério Público eleito e aqueles que, afastados das funções do Ministério Público, não as tenham reassumido até noventa dias antes da semana da eleição ou que, expressamente, renunciarem à elegibilidade, até cinco dias antes da eleição (Anexo II - C);

II - o voto será obrigatório, plurinominal e aberto para todos os Procuradores de Justiça;

III - o eleitor pode votar em cada um dos elegíveis, até o número de cargos postos em votação, vedado o voto por procuração;

IV - será considerado nulo o voto dado a mais de seis candidatos;

V - o Presidente chamará, pela ordem crescente de antiguidade, o Procurador de Justiça para declinar seu voto, sendo a votação computada pelo Secretário do Colégio de Procuradores;

VI - concluída a votação, serão proclamados eleitos os seis Procuradores de Justiça mais votados, relacionando-se os suplentes na ordem de votação;

VII - concluída a votação, será proclamado eleito o Procurador de Justiça mais votado;

VIII - ocorrendo empate, será considerado eleito o Procurador de Justiça mais antigo na instância e, supletivamente, nesta ordem, o que tiver mais tempo no Ministério Público, no serviço público e, finalmente, o de maior idade.

IV - DA ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 10 - A eleição dos sete Conselheiros e respectivos Suplentes do Conselho Superior do Ministério Público ocorrerá no dia 09 de março de 2009, das 11h às 17h, no Salão dos Órgãos Colegiados, no Edifício Promotor de Justiça Roberto Lyra, sito à Rua do Imperador Dom Pedro II, n.º 473, bairro de Santo Antônio - Recife - PE, obedecendo as seguintes disposições:

I - são elegíveis todos os Procuradores de Justiça, exceto o Procurador-Geral de Justiça, o Subprocurador-Geral de Justiça, o Corregedor-Geral do Ministério Público eleito, os atuais Conselheiros que tenham exercido dois mandatos consecutivos e aqueles que, afastados das funções do Ministério Público, não as tenham reassumido até noventa dias antes da semana da eleição ou que, expressamente, renunciarem à elegibilidade, até cinco dias antes da eleição (Anexo II - B);

II - os Procuradores de Justiça elegíveis poderão renunciar à elegibilidade, até cinco dias antes da eleição, mediante manifestação expressa dirigida ao Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça, que determinará a publicação da nova Lista de Elegibilidade até três dias antes do pleito;

III - o voto será secreto e obrigatório para todos os Procuradores e Promotores de Justiça;

IV - a cédula de votação conterá, em ordem alfabética, os nomes dos Procuradores de Justiça elegíveis, precedidos de quadriculos para o eleitor assinar sua preferência;

V - o eleitor pode votar em cada um dos elegíveis, até o máximo de sete, vedado o voto por correspondência ou procuração;

VI - será considerado nulo o voto:

a) dado a mais de sete candidatos;

b) rasurado;

c) identificado.

Art. 11 - O processo eleitoral de que trata o artigo anterior ficará sob a coordenação da Mesa Eleitoral, composta pelos seguintes Promotores de Justiça de 3ª Entrância, presidida pelo mais antigo:

TITULARES:

Dra. MARILEA DE SOUZA CORREIA ANDRADE

Dra. ALDA VIRGINIA DE MOURA

Dr. JOSÉ LOPES DE OLIVEIRA FILHO

SUPLENTE:

Dra. JUDITH PINHEIRO SILVEIRA BORBA

Dra. JAVA BEZERRA DE MELO

Dr. EUCLYDES RIBEIRO DE MOURA FILHO

§ 1º - As decisões da Mesa Eleitoral serão tomadas pela maioria dos seus componentes.

§ 2º - Os recursos às decisões da Mesa serão interpostos para o Colégio de Procuradores de Justiça por quaisquer dos candidatos.

§ 3º - Compete à Mesa Eleitoral:

I - no dia, hora e local do pleito, abrir os trabalhos, iniciando-os pela elaboração do termo inicial da Ata;

II - verificar todo o material remetido pela Procuradoria Geral de Justiça, especialmente as listas de candidatos e votantes, as cédulas de votação, urnas, livros e material de expediente, bem como a funcionalidade dos equipamentos necessários à realização da votação;

III - colher a assinatura do eleitor na Lista de Comparecimento à Eleição;

IV - rubricar e, após, entregar a cédula de votação ao eleitor;

V - orientar o eleitor para que se dirija à cabine de votação, recomendando que, após assinalar o voto, deposite a cédula de votação, devidamente dobrada, na urna de recepção;

VI - receber e encaminhar de imediato ao Colégio de Procuradores de Justiça, os recursos que forem interpostos;

VII - finda a votação, proceder de imediato à apuração de votos, declarando o nome dos quatorze Procuradores de Justiça mais votados;

VIII - registrar em Ata todos os fatos ocorridos, inclusive o resultado da apuração dos votos;

IX - encaminhar, incontinenti, ao Colégio de Procuradores de Justiça a Ata da Eleição e as cédulas recolocadas na urna e à Procuradoria Geral de Justiça o material utilizado na eleição;

X - exercer outras atividades necessárias à realização do pleito.

Art. 12 - A fiscalização do processo de votação e apuração será feita pelos candidatos ou por membros do Ministério Público por eles indicados à Mesa Eleitoral.

Art. 13 - O candidato que interpuser recurso para o Colégio de Procuradores de Justiça, nos termos da lei, ficará impedido de participar do correspondente julgamento.

Art. 14 - Ocorrendo empate, será considerado eleito o Procurador de Justiça mais antigo na instância e, supletivamente, nesta ordem, o que tiver mais tempo no Ministério Público, no serviço público e, finalmente, o de maior idade.

IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 - Durante a realização da votação e apuração, o Colégio de Procuradores de Justiça permanecerá na Sede da Procuradoria Geral de Justiça, inclusive para efeito de recebimento do resultado do pleito e providências posteriores.

Art. 16 - Este Regulamento entra em vigor na data da publicação da Resolução que o aprovar, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO II DA RESOLUÇÃO RES\_CPJNº 001/2009

A - LISTA DE ELEGIBILIDADE DOS PROCURADORES DE JUSTIÇA PARA O CARGO DE OUVIDOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, EM ORDEM ALFABÉTICA:

Adriana Gonçalves Fontes  
Ana de Fátima Queiroz de Siqueira Santos  
Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti  
Eleonora de Souza Luna  
Fernando Barros de Lima  
Francisco Sales de Albuquerque  
Gilson Roberto de Melo Barbosa  
Itamar Dias Noronha  
Ivan Wilson Porto  
Izabel Cristina de Novaes de Souza Santos  
Janeide Oliveira de Lima  
João Antônio de Araújo Freitas Henriques  
Lais Coelho Teixeira Cavalcanti  
Lúcia de Fátima Souza Ribeiro  
Luciana Marinho Martins Mota e Albuquerque  
Luiz Diogo Filho  
Maria Aparecida Caetano dos Santos  
Maria Bernadete Martins de Azevedo Figueiroa  
Maria Betânia Silva  
Maria Francisca de Mendonça Silva  
Mário Germano Palha Ramos  
Milita Maria Paes de Sá  
Nelma Ramos Maciel Quaiotti  
Nilton de Araújo Barbosa  
Renato da Silva Filho  
Theresa Cláudia de Moura Souto  
Valdir Barbosa Júnior  
Zulene Santana de Lima Norberto

B - LISTA DE ELEGIBILIDADE DOS PROCURADORES DE JUSTIÇA PARA O CARGO DE CORREGEDOR GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, EM ORDEM ALFABÉTICA:

Adriana Gonçalves Fontes  
Ana de Fátima Queiroz de Siqueira Santos  
Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti  
Eleonora de Souza Luna  
Fernando Barros de Lima  
Francisco Sales de Albuquerque  
Gerusa Tôrres de Lima  
Gilson Roberto de Melo Barbosa  
Itamar Dias Noronha  
Ivan Wilson Porto  
Izabel Cristina de Novaes de Souza Santos  
João Antônio de Araújo Freitas Henriques  
Lais Coelho Teixeira Cavalcanti  
Lúcia de Fátima Souza Ribeiro  
Luciana Marinho Martins Mota e Albuquerque  
Luiz Diogo Filho  
Maria Aparecida Caetano dos Santos  
Maria Bernadete Martins de Azevedo Figueiroa  
Maria Betânia Silva  
Maria Francisca de Mendonça Silva  
Mário Germano Palha Ramos  
Milita Maria Paes de Sá  
Nelma Ramos Maciel Quaiotti  
Nilton de Araújo Barbosa  
Renato da Silva Filho  
Theresa Cláudia de Moura Souto  
Valdir Barbosa Júnior  
Zulene Santana de Lima Norberto

C - LISTA DE ELEGIBILIDADE DOS PROCURADORES DE JUSTIÇA PARA O CARGO DE INTEGRANTES DO ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, EM ORDEM ALFABÉTICA:

Adriana Gonçalves Fontes  
Ana de Fátima Queiroz de Siqueira Santos  
Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti  
Eleonora de Souza Luna  
Fernando Barros de Lima  
Francisco Sales de Albuquerque  
Gerusa Tôrres de Lima  
Ivan Wilson Porto  
Izabel Cristina de Novaes de Souza Santos  
Janeide Oliveira de Lima  
João Antônio de Araújo Freitas Henriques  
Lais Coelho Teixeira Cavalcanti  
Lúcia de Fátima Souza Ribeiro  
Luciana Marinho Martins Mota e Albuquerque  
Maria Betânia Silva  
Maria Francisca de Mendonça Silva  
Maria Helena Nunes Lyra  
Mário Germano Palha Ramos  
Nelma Ramos Maciel Quaiotti  
Theresa Cláudia de Moura Souto  
Valdir Barbosa Júnior  
Zulene Santana de Lima Norberto

D - LISTA DE ELEGIBILIDADE DOS PROCURADORES DE JUSTIÇA PARA O CARGO DE CONSELHEIRO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, EM ORDEM ALFABÉTICA:

Adriana Gonçalves Fontes  
Eleonora de Souza Luna  
Francisco Sales de Albuquerque  
Gerusa Tôrres de Lima  
Itamar Dias Noronha  
Ivan Wilson Porto  
Izabel Cristina de Novaes de Souza Santos  
Janeide Oliveira de Lima  
João Antônio de Araújo Freitas Henriques  
Lais Coelho Teixeira Cavalcanti  
Lúcia de Fátima Souza Ribeiro  
Maria Aparecida Caetano dos Santos  
Maria Bernadete Martins de Azevedo Figueiroa  
Maria Francisca de Mendonça Silva  
Mário Germano Palha Ramos  
Milita Maria Paes de Sá  
Nelma Ramos Maciel Quaiotti  
Nilton de Araújo Barbosa  
Renato da Silva Filho  
Theresa Cláudia de Moura Souto  
Valdir Barbosa Júnior  
Zulene Santana de Lima Norberto

Assessora Técnica em Matéria Administrativa

O Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, Doutor PAULO BARTOLOMEU RODRIGUES VAREJÃO, na Assessoria Técnica em Matéria Administrativa, exarou o seguinte Despacho:

Dia 17/02/2009:

Procedimento Administrativo SIG nº. 0040798-1/2008  
Interessada: Isabela Maria Leite Moura de Miranda, Promotora de Justiça.  
Assunto: Requer autorização para fixar residência no município do Recife.  
Acolho, integralmente, pelos seus próprios fundamentos, o parecer da ATMA e defiro o pedido com fulcro no artigo 129, § 2º, da Constituição Federal c/c os arts. 2º e 3º da Resolução RES-PGJ nº. 002/2008, observada, nos termos dos artigos 5º e 6º deste ato normativo, a precariedade da autorização. Comunique-se à Corregedoria-Geral do Ministério Público, conforme disposto no art. 7º da referida Resolução. Após, envie-se à CMGP para anotação e arquivamento.

Procedimento Administrativo nº. 0038703 - 3/2008  
Interessado: Alfredo Pinheiro Martins Neto, Promotor de Justiça da Comarca de Paulista.  
Assunto: Requer autorização para fixar residência fora da Comarca.  
Acolho o parecer da ATMA e defiro o pedido com fulcro no artigo 129, § 2º, da Constituição Federal c/c os arts. 2º e 3º da Resolução RES-PGJ nº. 002/2008. Comunique-se à Corregedoria-Geral do Ministério Público, conforme disposto no art. 7º da referida Resolução. Após, envie-se à CMGP para anotação e arquivamento.  
Dia 18/02/2009:

Procedimento Administrativo nº. 0020235 – 3/2008  
Arquimedes 2008/23513  
Representante: Evandro Martins da Silveira Neto.  
Assunto: Representa contra a Lei nº. 17.462/2008, do Município de Recife, para providências cabíveis.  
Acolho integralmente o parecer da Assessoria Técnica em Matéria Administrativa, no sentido de propor Ação Direta de Inconstitucionalidade contra os artigos 5º e 8º da Lei nº. 17.462/2008, do Município de Recife, por contrariarem o art. 1º e o art. 139, caput, parágrafo único e inciso IV, da Constituição de Pernambuco.

Procedimento Administrativo nº. 0011393-8/2008  
Interessado: José Jailson de Albuquerque – Presidente da Câmara Municipal de Jaqueira.  
Assunto: Representa ao Procurador-Geral de Justiça para propositura de ação direta de inconstitucionalidade.  
Acolho integralmente o parecer da ATMA e, tendo em vista o esaurimento da eficácia da norma municipal questionada, determino o arquivamento dos presentes autos, por perda de seu objeto.

Procedimento Administrativo nº. 000023041-1/2006  
Auto nº. 2008/10458  
Interessado: Município de Escada.  
Assunto: Análise da constitucionalidade de diplomas normativos municipais.  
Acolho integralmente o parecer da Assessoria Técnica em Matéria Administrativa e determino arquivamento dos presentes autos, haja vista que seu objeto já foi analisado no Procedimento Administrativo nº. 002679-8/2005, tendo sido ajuizada ação direta de inconstitucionalidade contra as Leis nº. 2.118/2004 e nº. 2.119/2004, do Município de Escada.

Procedimento Administrativo nº. 002009-2/2002  
Interessado: Câmara Municipal de São João.  
Assunto: Encaminha representação contra o Decreto nº. 372/2002, do Prefeito do Município de São João.  
Acolho integralmente o parecer da ATMA e, tendo em vista o exaurimento da eficácia do Decreto municipal questionado, determino o arquivamento dos presentes autos, por perda de seu objeto.

Recife, 18 de fevereiro de 2009.

LUCIANA MACIEL DANTAS FIGUEIREDO  
Promotora de Justiça e  
Assessora Técnica em Matéria Administrativa

Assessoria Técnica em Matéria Criminal

O Excelentíssimo Senhor Subprocurador-Geral de Justiça, no exercício do cargo de Procurador-Geral de Justiça, Doutor ITABIRA DE BRITO FILHO, na Assessoria Técnica em Matéria Criminal, exarou os seguintes Despachos:

Em 16.02.2009:

Representação nº 2006/30442.  
Representante: Tribunal de Contas do Estado.  
Representado: Adalberto Cavalcanti Rodrigues (ex-Prefeito Municipal de Afrânio).  
Assunto: Descumprimento do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, referente à Prestação de Contas da Prefeitura